

2002年..... \$ 5,000,000.00  
 2003年..... \$ 6,350,233.00

二、二零零二年之負擔由登錄於本年度澳門特別行政區財政預算第四十章「投資計劃」內經濟分類07.04.00.00.19、次項目8.090.105.03之撥款支付。

三、二零零三年之負擔將由登錄於該年度澳門特別行政區財政預算之相應撥款支付。

四、二零零二年財政年度在本批示第一款所訂金額下若計得結餘，可轉移至下一財政年度，但不得增加有關機關支付該項目的總撥款。

二零零二年十一月二十六日

行政長官 何厚鏞

#### 第249/2002號行政長官批示

行政長官行使《澳門特別行政區基本法》第五十條賦予的職權，並根據六月二十八日第26/99/M號法令第十一條第二款的規定，作出本批示。

一、根據八月五日第136/91/M號訓令第十八條第七款及第十九條第六款的規定，向二零零三年度在司法警察學校修讀進入有關職級的培訓課程之投考人，在修讀期間，按照十二月二十一日第86/89/M號法令附件一之薪俸表，發放金額如下之培訓月津貼：

- a) 給予實習偵查員之投考人170點；
- b) 給予助理刑事偵查員之投考人140點。

二、有關的投考人，在無收取任何報酬的情況下，方有權收取上款所指的培訓月津貼。

二零零二年十一月二十六日

行政長官 何厚鏞

#### 第250/2002號行政長官批示

鑑於判給廣寶國際有限公司執行「路氹城運動規劃區堤堰及填土建造工程」，施工期跨越一財政年度，因此必須保證其財政支付。

行政長官行使《澳門特別行政區基本法》第五十條賦予的職權，並根據經五月十五日第30/89/M號法令修改的十二月十五日第122/84/M號法令第十五條的規定，作出本批示。

Ano 2002 ..... \$ 5 000 000,00  
 Ano 2003 ..... \$ 6 350 233,00

2. O encargo referente a 2002, será suportado pela verba inscrita no capítulo 40.º «Investimentos do Plano», código económico 07.04.00.00.19, subacção 8.090.105.03, do Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau, para o corrente ano.

3. O encargo referente a 2003, será suportado pela verba correspondente, a inscrever no Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau desse ano.

4. O saldo que venha a apurar-se no ano económico de 2002, relativamente ao limite fixado no n.º 1 do presente despacho, pode transitar para o ano económico seguinte, desde que a dotação global do organismo, que suporta os encargos da acção, não sofra qualquer acréscimo.

26 de Novembro de 2002.

O Chefe do Executivo, *Ho Hau Wah*.

#### Despacho do Chefe do Executivo n.º 249/2002

Usando da faculdade conferida pelo artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, e nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 26/99/M, de 28 de Junho, o Chefe do Executivo manda:

1. Durante a frequência, na Escola de Polícia Judiciária, dos cursos de formação do ano 2003, previstos no n.º 7 do artigo 18.º e no n.º 6 do artigo 19.º da Portaria n.º 136/91/M, de 5 de Agosto, para ingresso nas respectivas categorias, é atribuído aos candidatos um subsídio mensal de formação de valor equivalente aos índices da tabela indiciária constante do anexo I ao Decreto-Lei n.º 86/89/M, de 21 de Dezembro, como se segue:

- a) Índice 170 para os candidatos a investigador estagiário;
- b) Índice 140 para os candidatos a auxiliar de investigação criminal.

2. Só os candidatos que não auferiram qualquer remuneração têm direito a receber os subsídios mensais de formação referidos no número anterior.

26 de Novembro de 2002.

O Chefe do Executivo, *Ho Hau Wah*.

#### Despacho do Chefe do Executivo n.º 250/2002

Tendo sido adjudicada à Sociedade Comercial e Investimento Predial Guang Bao, Limitada, a execução da empreitada de «Construção do Dique e Aterro da Zona Desportiva de COTAI», cujo prazo de execução se prolonga por mais de um ano económico, torna-se necessário garantir a sua cobertura financeira.

Usando da faculdade conferida pelo artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, e nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 122/84/M, de 15 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 30/89/M, de 15 de Maio, o Chefe do Executivo manda:

一、許可與廣寶國際有限公司訂立「路氹城運動規劃區堤堰及填土建造工程」的執行合同，金額為\$ 22,411,490.00（澳門幣貳仟貳佰肆拾壹萬壹仟肆佰玖拾元整），並分段支付如下：

2002年 ..... \$ 10,000,000.00

2003年 ..... \$ 12,411,490.00

二、二零零二年的負擔由登錄於本年度澳門特別行政區財政預算第四十章「投資計劃」內經濟分類07.06.00.00.16、次項目8.090.136.01之撥款支付。

三、二零零三年之負擔將由登錄於該年度澳門特別行政區財政預算之相應撥款支付。

四、二零零二年財政年度在本批示第一款所訂金額下若計得結餘，可轉移至下一財政年度，但不得增加有關機關支付該項目的總撥款。

二零零二年十一月二十八日

行政長官 何厚鏞

1. É autorizada a celebração do contrato com a Sociedade Comercial e Investimento Predial Guang Bao, Limitada, para a «Construção do Dique e Aterro da Zona Desportiva de COTAI», pelo montante de \$ 22 411 490,00 (vinte e dois milhões, quatrocentas e onze mil, quatrocentas e noventa patacas), com o escalonamento que a seguir se indica:

Ano 2002 ..... \$ 10 000 000,00

Ano 2003 ..... \$ 12 411 490,00

2. O encargo referente a 2002 será suportado pela verba inscrita no capítulo 40.º «Investimentos do Plano», código económico 07.06.00.00.16, subacção 8.090.136.01, do Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau para o corrente ano.

3. O encargo referente a 2003 será suportado pela verba correspondente, a inscrever no Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau desse ano.

4. O saldo que venha a apurar-se no ano económico de 2002, relativamente ao limite fixado no n.º 1 do presente despacho, pode transitar para o ano económico seguinte, desde que a dotação global do organismo, que suporta os encargos da acção, não sofra qualquer acréscimo.

28 de Novembro de 2002.

O Chefe do Executivo, *Ho Hau Wah*.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

### Resolução n.º 5/2002

#### Apreciação do Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2001

O artigo 71.º, alínea 2) da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (daqui em diante designada pela abreviatura RAE de Macau) e os artigos 154.º e 155.º do Regimento da Assembleia Legislativa consagram a competência da Assembleia Legislativa para apreciar o Relatório sobre a Execução do Orçamento apresentado pelo Governo.

Tendo em conta que a natureza e âmbito desta competência dizem respeito ao exercício de uma fiscalização política que não deve ser confundida com as atribuições e competências do Comissariado da Auditoria em sede de auditoria financeira, a Assembleia Legislativa procede, nos termos e para os efeitos do artigo 155.º do Regimento, à apreciação do Parecer elaborado pela 1.ª Comissão Permanente sobre o Relatório de Execução do Orçamento de 2001, nos seguintes termos:

#### Considerando que:

1 — A legislação de enquadramento orçamental em vigor contém insuficiências e mecanismos desactualizados que prejudicam a fiscalização política por parte da Assembleia Legislativa;

2 — A inexistência, por exemplo, de uma conta consolidada é por si só impeditiva de uma visão global da execução orçamental do sector público administrativo, incluindo o subsector das enti-

## 立法會

### 第 5/2002 號決議

#### 審議二零零一年度預算執行情況報告

根據澳門特別行政區（下稱特區）基本法第七十一條（二）項以及立法會議事規則第一百五十四條及第一百五十五條的規定，立法會有權限審議政府提交的預算執行情況報告。

鑑於上述權限的性質和範圍涉及政治監察權的行使，不應與審計署在財政審議方面的職責和權限相混淆，為此，立法會根據議事規則第一百五十五條，對第一常設委員會就審議二零零一年度預算執行情況所編製的意見書作出審議：

1. 現行的預算綱要法例的不足之處及不適時的機制，使立法會的政治監察受到影響；

2. 如沒有綜合帳，便難以全面了解行政當局的公營部門，包括行政及財政自治機構的子部門的預算執行情況，令立法會難以